

TEMAS IMPORTANTES DE GEOGRAFIA RURAL
NA BIBLIOGRAFIA RECENTE

(PARTE IX)

1. *Les champs du départ. Une France rural sans paysans?* (P. ALPHANDÉRY, P. BITOUN, Y. DUPONT, Cahiers Libres, Editions La Découverte, Paris, 1989, 268 p.)

«Quem pode hoje responder sem hesitação às seguintes questões: quais serão os camponeses do ano 2000 e em que tipos de exploração trabalharão eles? Que formas tomarão as relações entre a cidade e o campo e como se organizará a vida social nas comunas rurais? Que política agrícola conduzirão a Comunidade Económica Europeia (CEE) e os seus diferentes Estados membros?» (p. 7). Assim começa este admirável e pertinente livro, que prolonga a longa série de brilhantes trabalhos de ruralistas de língua francesa, geógrafos, sociólogos ou economistas, particularmente atentos e sensíveis às transformações do presente e às insuficiências dos modelos de desenvolvimento dos últimos

decénios: «a exploração familiar intensiva, que constituía desde a guerra a norma do desenvolvimento agrícola, encontrou na sobreprodução crónica dos anos oitenta, na marginalização de certas categorias de produtos e nos desequilíbrios ecológicos que induz, os seus limites, tanto reais como ideológicos» (p. 7), deixando de ser o único modelo de desenvolvimento da agricultura. A ambição do livro, no dizer dos seus autores, é pois «de mostrar como a agricultura moderna, embora modelada pelo mercado e pelo progresso técnico, continua a evidenciar práticas e aspirações sociais diversas» (p. 12).

Na introdução (p. 7-12) são apresentadas de forma sintética as grandes controvérsias actuais acerca do futuro da agricultura e do mundo rural, e o âmbito das três partes do livro — *O estado dos lugares; História da política agrícola moderna; O futuro a duas velocidades* — através de conjuntos de questões particularmente oportunas, que evidenciam como o «futuro da agricultura é um verdadeiro problema da sociedade, que importa pensar e analisar, não apenas nas suas dimensões técnicas e económicas, mas igualmente éticas e políticas.

Na primeira parte (p. 13-112) os autores começam por se interrogar sobre o que é hoje um agricultor em França, após a redução do seu número e a transformação das suas explorações, com a adopção de novos métodos, os aumentos espectaculares da produção e da produtividade do trabalho (a par dos consumos intermédios e da especialização), a delimitação dum complexo agro-alimentar e a sua plena integração na economia, para em seguida evidenciarem a grande heterogeneidade do mundo agrícola francês: «a modernização da agricultura parece ter cavado um fosso cada vez mais profundo entre os agricultores, com práticas cada vez mais heterogéneas» (p. 17). Estes dedicam mais ou menos tempo às suas explorações: reformados, agricultores a tempo parcial sem outra ocupação, pluriactivos com actividades externas predominantes ou secundárias em termos de ocupação e rendimento, agricultores a tempo completo, equivalente a uma UTH, critério que levanta múltiplos problemas de quantificação no quadro de unidades familiares, mais ainda se com trocas de trabalho entre vizinhos. As explorações apresentam grande diversidade de dimensão física, de volumes de produção e de dimensão económica (traduzida em equivalentes de hectares de trigo, com base nas margens brutas), e sistemas de produção mais ou menos especializados, menos nas regiões que pelas condições naturais e as estruturas empresariais «se adaptam mal às técnicas de intensificação da produção mais difundidas até hoje» (p. 22). Tal diversidade foi resumida esquematicamente em três grupos: agricultores empresariais capitalistas, pequenos agricultores, agricultores intermédios.

«Cada exploração agrícola baseia-se numa combinação complexa de elementos (qualidade das terras, importância do património, forma de exploração, aptidões e aspirações dos empresários, estrutura familiar, possibilidade de pluriactividade, situação local, etc.) que, em função das condições económicas e sociais gerais (níveis de preços, importância das ajudas, desemprego, etc.), determina estratégias de reprodução múltiplas [...]. Se a grande maioria dos agricultores modernizou a sua

exploração e se equipou, fê-lo de forma muito desigual. Isto leva a pensar que a diversidade actual das situações e das atitudes dos agricultores não é tanto um índice de arcaísmo remanescente como uma das características fundamentais do desenvolvimento das explorações familiares em França» (p. 27).

Mas tal diversidade não apaga a especificidade do modo de vida agrícola, imposto pela natureza do trabalho, quando não pelo isolamento geográfico, pelo autoconsumo, pela própria autonomia e filiação agrícola, mesmo se «a autonomização dos membros do grupo familiar aproxima o comportamento das famílias agrícolas do das famílias doutras categorias sociais francesas e a exploração não é muitas vezes senão um dos elementos da economia familiar» (p. 29).

Esta autonomização não põe em causa a perenidade do grupo familiar, assegura plasticidade às explorações intermédias, que «podem desenvolver actividades complementares da produção agrícola (turismo, circuitos de venda, transformação dos produtos), beneficiar de receitas externas à actividade agrícola e recorrer à entreeajuda quando dos maiores trabalhos sazonais [...], apoiando-se em redes de vizinhança ou de parentesco [...] se inseridas num tecido social vivo» (p. 29), inexistente nas regiões de fraca densidade populacional e em vias de abandono e de desertificação humana, pelo desaparecimento dos agricultores idosos e sem sucessão.

Daí a questão: uma França rural sem camponeses? «Quanto mais diminui a densidade de população duma zona rural e enfraquecem as estruturas económicas e sociais menos fácil se torna a instalação de novos agricultores. Temos portanto fenómenos económicos e sociais cumulativos, que podem tornar espectacular o abandono agrícola» (p. 36), bem traduzido na diminuição acentuada do preço da terra, mesmo se muitos herdeiros, dispersos pela cidade ou pelo campo, não querem vendê-la, por motivos afectivos. A extensificação dos sistemas de uso do solo e a florestação no quadro de explorações mais vastas atenuarão a tendência para o alargamento dos incultos, sem contudo entravar significativamente o processo de despovoamento, tal como o não entrouvrou a política dos anos 70 e 80 dirigida às regiões desfavorecidas. As zonas rurais frágeis, pela sua situação demográfica, económica e social (activos agrícolas; desemprego), foram então favorecidas pelo FIDAR (Fundo de Intervenção para o Desenvolvimento e Ordenamento Rural, criado em 1980).

O processo envolve: diminuição do número de explorações e redução dos artesãos e comerciantes (estrutura do tecido económico e social local), logo diminuição dos activos agrícolas e não agrícolas, fechar da escola, da igreja, do correio (quadros institucionais e simbólicos da vida social), diminuição dos impostos, fundiários e outros, degradação de rede viária, etc.; estabelecimento «duma espécie de vazio social, prelúdio da transformação em puro espaço de produção do que era também um espaço de relações sociais, de vida» (p. 45), quando a agricultura persiste reestruturando-se em grandes explorações prósperas e especializadas.

Os motivos do mal-estar camponês são múltiplos, desde o sentimento de culpa por poluição à incapacidade, crescente para muitos, de pagar empréstimos e dívidas (sector de forte intensidade de capitais, como a indústria pesada), o que afecta os jovens candidatos, à vergonha do fracasso, a par de duras críticas externas ao sector, económicas, tecno-ecológicas, sociais e culturais e da continuação do êxodo agrícola e rural («o isolamento crescente numa paisagem muitas vezes degradada dá a muitos agricultores o sentimento de pertencer a um mundo ameaçado de morte», p. 49). Reduzir-se-á o universo profissional agrícola a 300 mil no ano 2000 ou mesmo menos, uma vez afastados os tradicionalmente pobres e muitos outros casos difíceis, com problemas de rendimento e tesouraria, frequentemente agricultores jovens e com sistemas de produção bastante modernos e intensivos, que terminam não raramente em suicídios, sobretudo depois da fixação das quotas limitativas da produção nas regiões leiteiras mais especializadas. Note-se que, em 1985, «estimava-se que o rendimento total médio dos agricultores era inferior em cerca de 20 por cento ao dos operários e dos empregados, que 60 % das explorações francesas não libertavam um rendimento equivalente ao SMIC e que o poder de compra dos agricultores acumulava desde 1970 um atraso de 40 % relativamente ao dos assalariados» (p. 69).

Os êxitos da política produtivista agravaram os problemas pela contracção dos preços, pelas limitações das garantias de escoamento, pela flexibilização dos preços de intervenção, pelos sistemas de responsabilização, nomeadamente as quotas, os estabilizadores e as QMG (quantidades máximas de garantia), e por fim pelo congelamento de terras (pousios quinquenais de 20 % da SAU, mais ou menos totais, cu seja, com ou sem cultivo de leguminosas, pastoreio ou floresta, a que correspondem diferentes níveis de subsídios por hectare), à semelhança das políticas estadunidenses, que para muitos significam o «desmantelamento do mundo rural e a continuação dos métodos de intensificação anti-económicos, anti-sociais e anti-ecológicos» (p. 80, nota 10).

As ajudas oficiais ao sector tendem a acentuar o dualismo, pelo reforço da agricultura moderna e competitiva em oposição à agricultura «camponesa ou em dificuldades», dos «jardineiros da natureza», com crescentes dificuldades de crédito (maior risco) e recebendo apenas ajudas sociais e ajudas aos rendimentos, como foi definido em 1988 pela Comunidade, designadamente como compensação do abandono do *diritto de produzir* bens agrícolas nas suas terras (e do valor dependente dos volumes de produção potencial) ou pelo menos de produzir bens excedentários e subsidiados.

A primeira parte do livro em análise responsabiliza também a co-gestão do sector, pelo Estado e pelas organizações profissionais, por esse mal-estar: institucionalização da concertação sobre política agrícola desde os anos 60, designadamente com a intervenção da CNJA; promoção da exploração agrícola com 2 UTH, equivalente à exploração familiar intensiva; criação da IUD, das SAFER, da AMPRA (mutação profissional dos rurais adultos), da ANMER (migrações e instalação rural), etc., posteriormente integradas e organizadas à escala departamental, visando

nomeadamente o ordenamento das estruturas das explorações agrícolas, mas não no sentido da industrialização da agricultura, o desenvolvimento agrícola regional e a elevação do nível de vida das famílias; criação da Conferência anual agrícola, em 1971, que deveria evitar as expressões da fractura entre os defensores duma agricultura produtivista ou duma agricultura camponesa moderna (p. 107), apagando consequentemente a intervenção do Parlamento na definição da política agrícola; supressão daquela de 1982 a 1986 e tentativas recentes de substituição da co-gestão pela concertação mobilizadora de todo o campesinato.

A segunda parte do livro (p. 113-202) centra-se na história da política agrícola e na modernização da agricultura francesa a seguir à Segunda Grande Guerra Mundial, e sobretudo depois de 1960, no sentido de compreender os complexos problemas actuais do sector. São analisadas as duas principais correntes explicativas: a mais liberal, relevando o desenvolvimento da racionalidade económica, o progresso, a paz social e o consenso; aquela em que se apaga pouco a pouco «o estudo da submissão progressiva da PPM ao capitalismo [...] em benefício duma análise do processo geral de racionalização tecno-burocrática da sociedade» (p. 140), «a co-gestão representando a forma acabada da concertação e a profissão agrícola, submetida à lógica do Estado, incarnando a figura mais exemplar duma corporação que se julga livre e detentora dum poder quando é realmente alienada» (p. 141).

Em seguida, os autores procuram compreender a modernização da agricultura pelo papel desempenhado pela JAC e CNJA a partir dos anos 60, papel considerado importante tanto pelos liberais como pelos marxistas, e pelo estatuto e modalidades de intervenção do Estado, designadamente a natureza e o conteúdo da sua intervenção financeira. Para entender a participação da JAC e da CNJA os autores recuam ao período 1930-60, de «revolução silenciosa», quando se elaboram certas concepções da profissão de agricultor e de política agrícola, valorizando a intervenção do Estado na racionalização e modernização (como no plano Monnet, referente a 1946-53), a par do mutualismo e do cooperativismo, ou a intervenção da corporação agrária. Foram tidas em conta a importação da ajuda americana, no quadro do plano Marshall (desde 1948), o planeamento agrícola e a modernização (equipamento, ensino, extensão/vulgarização e preços agrícolas), através de modelos de exploração de inspiração americana (industrialização da agricultura) ou de inspiração camponesa (explorações familiares médias), integrando o desenvolvimento do sector no desenvolvimento económico geral ou defendendo um desenvolvimento separado do sector e do meio rural (equipamento, habitação).

Para a JAC, «é dever dos agricultores, valorizando o progresso técnico, produzir um máximo de bens ao menor preço de custo possível, para alimentar os que têm fome em França e no Mundo; o emprego da máquina e uma melhor organização de vida que darão aos agricultores uma dignidade de cidadãos modernos, à semelhança dos urbanos» (p. 164-165). «Estes militantes católicos, vindos do mundo hierárquico e comunitário da sociedade rural tradicional e emancipando-se não sem difi-

culdades e contradições, devem o seu êxito à sua ética personalista do progresso. Esta permitiu-lhes exprimir e inserir no projecto de construção duma França democrática, igualitária e modernista todo um conjunto de práticas e saberes, de laços sociais e culturais camponeses e rurais, constituídos ao longo de séculos de história nacional» (p. 168-169).

É um pouco mais adiante lê-se que «o agricultor moderno dos anos 60 é assim o produto de rupturas e de sínteses. Rupturas, se se consideram as fantásticas transformações que o arrancam à sociedade camponesa tradicional e fazem dele um cidadão produtor integrado na sociedade de crescimento [...]. Mas estas rupturas operaram-se graças à síntese feita pela JAC e a CNJA das achegas do planismo, do corporativismo e do personalismo [...] numa tripla dimensão ética, política e técnico-económica» (p. 171).

A finalizar a segunda parte do livro os autores consideram «o Estado, as finanças públicas e a política agrícola», distinguindo três fases. A primeira é a de 1945-53 e a seguinte termina no início dos anos 70, «com o primeiro choque petrolífero, as prémias da crise actual e as dúvidas quanto ao processo de intensificação adoptado desde o fim da guerra» (p. 181), fase que registou êxitos mas que mobilizou importante financiamento público, em termos de despesas sociais, despesas de organização e orientação dos mercados e despesas de investimento (85 a 90% do orçamento da agricultura, entre 1954 e 1973), além de outras, como as do ensino agrícola, investigação, vulgarização e desenvolvimento e da política de estruturas (SAFER, IVD, emparcelamento, migrações rurais, etc.). Os anos posteriores a 1974 são de crise grave (3.ª fase), não conjuntural mas estrutural, e de viragem na política agrícola, com contracção das despesas, sobretudo a partir dos anos 80, e dos investimentos colectivos e na modernização, e com novos limites à intensificação e crescente selectividade, visando sobretudo a compensação das baixas dos rendimentos agrícolas (em função dos preços), como os subsídios/ajudas directas às explorações, reforçando os apoios às mais importantes e a certas regiões e contribuindo para o dualismo das estruturas e a evolução económica a duas velocidades.

A terceira e última parte do livro procura justamente discutir *O futuro a duas velocidades*. Os autores começam por se interrogar se se caminha para uma sociedade dual, tendo em conta as suas múltiplas fracturas dos anos oitenta (empregos precários, desemprego, insegurança social e marginalização de número crescente de pobres, sem apoios de familiares, amigos e vizinhos e recorrendo necessariamente à caridade pública); noutros termos, «a multiplicação dos dualismos, nomeadamente na agricultura, é durável e a sociedade apenas lhe pode opor um tratamento social para limitar os dramas humanos?» (p. 206).

Foram assim recordadas a afirmação do individualismo, realização pessoal e autonomia; as práticas e solidariedades regionais e locais; a economia subterrânea (actividades de produção domésticas, pequena produção para autoconsumo, entreaajuda familiar, serviços de vizinhança, trocas, trabalho negro sob todas as suas formas), que amortece a crise e explica a «resistência das explorações agrícolas tradicionais [...] e a

preciosa capacidade de adaptação das explorações consideradas intermédias» (p. 208); e por fim a afirmação duma socio-economia dual, geradora de tensões sociais, em oposição à política de redução das desigualdades, de justiça social e de redistribuição do rendimento pelo Estado, ao mesmo tempo que se apaga o político e se valoriza o local e o ecológico, mesmo em termos de desenvolvimento. Autocentrado mas não autárquico, este jogará com as suas forças (nova vida às comunidades, redução de dependências e restauração de solidariedades) e as suas ambiguidades. Como meios deste desenvolvimento teríamos a «valorização de todos os recursos humanos e materiais ignorados pelo mercado, a utilização da diversidade das estruturas locais, a invenção de tecnologias apropriadas, a criação de circuitos curtos, etc.» (p. 213) e o papel destacado dos agricultores, designadamente dos intermédios (complementaridade desenvolvimento agrícola/desenvolvimento rural).

A dualidade agrícola é, aliás, também ela cada vez mais acentuada, tanto nas suas estruturas como nos ritmos de evolução, que têm marginalizado os agricultores intermédios, considerados não profissionais, logo sem grande significado e sem futuro económico, mas atenuando o desemprego e permitindo a conservação da natureza, a ocupação do território e a revitalização do meio rural, função que seria compensada por ajudas directas, o que provoca obviamente reacções de algumas das organizações de agricultores. Mas «conforme os casos e os meios financeiros mobilizados pelo Estado e as regiões, o desenvolvimento local pode tornar-se uma alternativa à agricultura dual, uma gestão suave desta ou um tratamento social duma população em dificuldade» (p. 234).

A finalizar, os autores procuram conhecer as posições dos partidos políticos no que concerne à «dualização da agricultura francesa, através dos seus programas, e a partir delas prever a futura política agrícola e rural do próximo decénio. Parece-lhes que, não havendo grande mudança na paisagem política, impor-se-á o projecto social-barrista, que combina «vontade de realismo económico e preocupações de solidariedade social» (p. 249), defende a modernização, a diversificação e ajudas directas, procura satisfazer interesses das IAA e dos agricultores especializados, assim como dos agricultores intermédios, pluriactivos e promotores do desenvolvimento local, dos agricultores idosos, dos jovens agricultores em dificuldade e de todos os rurais duramente atingidos pela crise e pelo isolamento social (p. 249). Interrogam-se todavia acerca da possibilidade de conciliar a expansão da agricultura empresarial com o desabrochar da agricultura pluriactiva, a revitalização das regiões desertificadas, o desenvolvimento de práticas culturais respeitadoras do ambiente, o melhoramento da situação dos mais desfavorecidos (p. 250).

E a concluir, recordam-se as medidas que visam contrariar as consequências nefastas do êxito excessivo da agricultura francesa (taxa de corresponsabilidade, quotas de produção, estabilizadores diversos, congelamento de terras, encorajamento à cessação da exploração), simultâneas aliás da busca de maiores rendimentos pelas explorações de vanguarda, enquanto a CEE elabora uma política rural global, conciliadora

da agricultura com o ambiente, reconhecedora da diversidade das formas de produção, mas que desse modo reconhece também diferentes velocidades de evolução..., com a forte probabilidade de a agricultura não industrial, que reúne os pluriactivos, os cultivadores rurais ou os agricultores intermédios ser marginalizada e tornar-se intersticial, diminuindo rapidamente o seu número, «salvo talvez nalguns pólos excepcionais de desenvolvimento local que servirão tanto de montras como de museus dum mundo camponês desaparecido» (p. 254). «En définitive, l'occupation et l'entretien de l'ensemble de l'espace rural nécessitent la reconnaissance d'exploitants utilisant des techniques modernes pour 'bricoler' et inventer, valorisant la flexibilité de leur cadre de travail pour combiner des activités multiples et s'appuyant sur la volonté des habitants de préserver une dynamique de vie locale» (p. 255).

CARMINDA CAVACO